

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE IPECAETÁ: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PNAIC<sup>1</sup>

SOUZA, Ilma Gomes de<sup>2</sup> SANTOS, Suzana Gonçalves dos<sup>3</sup> ORRICO, Nanci Rodrigues<sup>4</sup>

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar de que maneira a Formação Continuada de professores alfabetizadores, sob orientação da política do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa — PNAIC, contribui para a melhoria do ensino em escolas do campo. Para isto, busca-se apresentar o conceito e as perspectivas do programa, bem como sua atuação no município de Ipecaetá-BA, além de promover a escuta de algumas professoras participantes da formação que o PNAIC oferta. A abordagem metodológica para a pesquisa foi de cunho descritivo, baseada em estudo e analises de materiais escritos e entrevista realizada na secretária de educação do município. De posse dos dados coletados, foi utilizada a análise textual discursiva. Ao fim da apresentação do cenário em que ocorreu essa pesquisa, do levantamento de dados bibliográficos e da análise das entrevistas realizadas, concluímos que programas como o PNAIC contribui efetivamente para uma melhoria na qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Educação do campo; Formação continuada de professores; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa -PNAIC.

**Abstract**: The aim of this study is to investigate how the Continuing Education of literacy teachers contributes to a quality learning education, under the guidance of the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC). In order to do this, we intend to present the concept and perspectives of the program, as well as its performance in the municipality of Ipecaetá-BA. The methodological approach to the research will be descriptive, based on study and analysis of written materials and interview conducted at the education secretary of the municipality. With the collected data, the discursive

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: il\_ma\_linda@hotmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: suzanasantos00@hotmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Profa. Assistente do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: nanciorrico@ufrb.edu.br



textual analysis will be used. At the end of the presentation of the scenario in which this research occurred, the collection of bibliographical data and the analysis of the interviews carried out, we will conclude describing the positive and negative impacts of the implementation of the PNAIC in the municipality of Ipecaetá. Some theorists such as Garcia (1999), Santos (2009), Soares (2008), Fagundes (2007), Ferreira and Leal (2010), will subsidize the investigations of this research.

**Keywords:** Education, teacher training, PNAIC.

#### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, o qual está vinculado à Formação de professores, buscou analisar a importância da formação continuada de professores no município de Ipecaetá-BA, a partir do programa PNAIC – Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa no intuito de entender até que ponto esse programa contribui para a melhoria do ensino nas escolas do campo e para a promoção de uma pedagogia questionadora, pois, como diz Tedesco (2015):

A educação no contexto atual pressupõe a superação de uma pedagogia de respostas para uma pedagogia questionadora, instigadora na busca de novos ambientes de aprendizagem em prol do desenvolvimento integral dos educandos que possam suprir as necessidades sociais. (p. 17)

Para melhor entendimento da necessidade de superação dessa pedagogia de respostas citada pelo autor, é interessante um olhar para o passado, pois assim percebemos melhor nossas possibilidades presentes e futuras. Ao analisar o contexto histórico da educação, nota-se grandes mudanças ao longo do tempo. Em tempos remotos, a educação escolar poderia ser exercida por profissionais que possuíssem apenas o antigo magistério, àquele referente à terminação do segundo grau. Com o passar do tempo, tal modalidade foi sendo extinta e exigindo-se, do profissional que daria aulas, outros tipos de formação, tais como a graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, cursos técnicos e profissionalizantes, dentre outros.

A partir do século XX, a formação para o exercício da docência foi sendo substituída pela concepção da formação continuada, motivada por mudanças



ocorridas especialmente do ponto vista político, econômico e cultural. De acordo com Tedesco (2015), não basta apenas ter formação específica (graduação, pós, mestrado, doutorado), é necessário transformar a escola em um ambiente adequado para as aprendizagens significativas a todos os educandos, possibilitando métodos e alternativas que possam incluir e oportunizar um espaço de construções, apropriações, autoria e inovação.

Nesta perspectiva, a formação continuada de professores possibilita aos profissionais ter acesso a conteúdos e métodos contemporâneos, na medida em que surgem instigações e dúvidas de como proceder com propostas de práticas metodológicas diferenciadas, os quais visam a atender as necessidades dos educandos.

Ainda sobre a formação continuada de professores, Garcia(1999) aponta que:

A formação de professores representa um dos elementos fundamentais através dos quais a Didática intervém e contribui para a melhoria da qualidade de ensino. Para Gimeno (1982), representa "uma das pedras angulares imprescindíveis em qualquer tentativa de renovação do sistema educativo". (Garcia, 1999, p. 23)

Nota-se que os autores citados consideram que a formação continuada é destaque para o conhecimento, estratégia e compreensão das mudanças e atitudes que precisam ser elaboradas no mundo atual. Assim, "(...) se a escola e as funções do professor se alteraram, então também deve ser alterada a sua formação, procurando adequar-se esta à realidade atual" (JESUS, 2007, p. 41). A formação continuada pode ser entendida como um processo permanente que todo professor deveria participar, pois através este permite que o educador adquira novos conhecimentos, novas metodologias, tornando-se um facilitador do conhecimento e não apenas um mero transmissor de conteúdos.

Concordando com Silva (2016), entende-se a importância da formação continuada, pois, segundo este autor, ela pode "provocar uma série de transformações nas orientações dos sistemas educativos, na cultura escolar, como também diversas reformas nos métodos de ensino" (p. 03).



No Brasil, a questão da formação continuada de professores vem sendo cada vez mais discutida como parte essencial a uma educação de qualidade. Para alguns estudiosos(GATTI, 2003; NUNES, 2001; MONTEIRO, 2001), a formação continuada de professores é um dos mecanismos que favorece o desempenho dos alunos em todo país.

Entretanto, algumas dúvidas surgem sobre como essa formação continuada vem acontecendo nas escolas, especialmente nas escolas do campo. CALDART et al. (2012) nomeia a educação no campo como "o fenômeno da realidade brasileira atual protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incluir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas". Outra nomenclatura atribuída ao termo educação no campo é dada pelo Ministério da Educação – MEC:

[...] concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas" (CNE/MEC, 2002)

O interesse do MEC em relação à Educação no Campo é na promoção de uma educação que conduza à emancipação do segmento rural da população brasileira. Suas ações têm foco no enfrentamento das dificuldades educacionais históricas que nitidamente refletem nas condições econômicas dos povos interiorizados do país. O Brasil tem atualmente mais de 73 mil instituições de ensino municipais e estaduais no campo, das quais mais de 68 mil são de escolas rurais ou unidades em assentamentos, sendo as demais escolas indígenas e quilombolas.

A Educação do Campo aprofunda a discussão sobre questão agrária, saberes camponeses e emancipação da classe trabalhadora. A educação do campo necessita de profissionais capacitados, assim como as demais áreas educacionais, uma vez que estará em contato direto com o educando, compartilhando também de suas vivências e experiências.



Segundo dados do MEC, são mais de 6,2 milhões de matrículas e mais de 342 mil professores em escolas rurais. No entanto, cabe ressaltar que em 2012, a estimativa era de que 48,8% dos professores que atuam nessas instituições não tinham formação em licenciatura. Diante dessa realidade, outros programas políticos em parceria com o Ministério da Educação se mostram de essencial importância, entre os quais podemos citar o Mais Educação, que já atingiu mais de 10 mil escolas do campo. Com relação ao PNAIC, observa-se que este vem promovendo cursos de capacitação aos professores das instituições públicas de ensino e a criação de pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Portanto, partindo deste argumento, o presente trabalho teve como objetivo geral investigar até que ponto a formação continuada de professores alfabetizadores contribui para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem nas escolas do campo, sob orientação da política do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Dentre os objetivos específicos destacam-se apresentar o conceito e as perspectivas do programa, bem como sua atuação no município de Ipecaetá-BA, além de promover a escuta de duas professoras participantes da formação que o PNAIC oferta. Sendo assim, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto a formação continuada do Pacto Nacional pela Idade Certa (PNAIC) contribui para melhorar o processo de ensino/aprendizagem nas escolas do campo?

Além de coletar informações sobre a formação dos professores que estão inseridos no PACTO no município de Ipecaetá, a pesquisa se propôs a refletir sobre a proposta pedagógica do Programa. Algumas outras indagações também contribuíram para o alcance dos objetivos propostos, tais como: Como são encaradas as atuais políticas de formação continuada para professores da educação básica, e no campo? O que propõe o programa do PNAIC para a Formação Continuada de Professores? Quais ideias embasam as ações do PNAIC? Como se dá a atuação do PNAIC no município de Ipecaetá – BA?

Para ampliar a discussão acerca da temática da formação continuada, as referências teóricas utilizadas foram as reflexões feitas a partir dos estudos de alguns teóricos como Garcia (1999), Santos (2009), Soares (2008), Fagundes (2007), Ferreira e Leal (2010), dentre outros que poderão surgir de acordo à necessidade.



Com relação à metodologia, para realização do trabalho foi utilizado inicialmente a pesquisa bibliográfica, uma vez que era necessário entender a concepção de diferentes autores acerca da temática, analisando-os e comparando-os. A pesquisa bibliográfica permite ao leitor ainda conhecer diferentes pontos de vistas e analisá-los mediante a necessidade da pesquisa.

No entanto, fez-se necessário também a pesquisa de campo, por isso durante a execução deste trabalho foram realizadas visitas a uma escola e à Secretaria de Educação do município de Ipecaetá com a intenção de coletar relatos de experiência. Tal processo buscou compreender melhor e realizar um levantamento das características do PNAIC, seus objetivos, pontos positivos, eventuais pontos negativos e seu impacto na vida profissional dos professores envolvidos.

O método adotado foi a abordagem qualitativa, pois em momento nenhum houve a preocupação com relação aos números, e sim com o aprofundamento do assunto em questão e a forma como seria compreendida pelas pessoas. Diante disto, este trabalho baseou-se num conjunto de métodos orientados e planejados pela busca de um conhecimento especifico.

Para levantamento dos dados, foi necessário selecionar alguns materiais impressos e sites com publicações referentes ao tema bem como entrevistar professoras que atuam em escolas do campo de Ipecaetá e são participantes do programa. Dentre os materiais analisados, destacam-se o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa e o Plano Nacional de Educação. Durante todo o trabalho, procurou-se refletir sobre o conceito de Educação, de formação continuada e a importância da formação continuada de professores, levando em consideração as indicações da Constituição Federal e orientações da LDB.

Como a formação de professores é um termo amplo, visto que está para além do diploma de graduação, este trabalho se justifica também pela necessidade de refletirmos sobre está temática observando a formação continuada e o quanto ela tem promovido ou não mudanças no âmbito das instituições.



#### 2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Baseado nos relatos sobre a história da educação no Brasil do professor Rodrigo Azevedo(2018), expresso em artigo publicado em "Gazeta do povo", segue uma breve descrição do cenário em que se instalou a educação brasileira desde os tempos da colonização.

A educação brasileira teve início com a chegada dos jesuítas à Bahia, por volta do ano de 1549. A intenção dos jesuítas era promover uma educação voltada aos princípios católicos e assim converter os índios ao cristianismo. As aulas eram ministradas em escolas improvisadas, providenciadas pelos indígenas. Os filhos dos colonos e dos portugueses também eram ensinados, no entanto estes dispunham de ambientes estruturados devido ao maior investimento financeiro. Apesar da intenção ser a de promover um ensino religioso, os conteúdos das aulas eram também voltados às letras. No entanto, os filhos dos portugueses recebiam ensinamento mais aprofundado, com matérias diferenciadas. Vale ressaltar que neste período, apenas os homens eram ensinados, às mulheres cabiam o conhecimento doméstico e religioso.

Em 1599, os jesuítas documentaram sua matriz curricular. O documento, denominado "Ratio Studiorum", continham os componentes curriculares pensados pela igreja, sendo eles: o ensino da gramática média, da gramática superior, das humanidades, da retórica, da filosofia e da teologia. Na década de 50, a companhia jesuíta foi expulsa do Brasil e por ordem do Estado seus livros e manuscritos foram destruídos. A religião deixou de ser o foco na educação, no entanto o Brasil ficou um longo período sem uma escola estruturada.

Em 1772 ocorreu a reforma pombalina influenciada por ideais iluministas e iniciada pelo primeiro ministro de Portugal, Marquês do Pombal. Nesse período se iniciou o processo de criação do ensino público, colocando o professor como o agente central da aprendizagem. Foram criadas as aulas régias, ministradas por docentes concursados.



Em uma comparação com o sistema educacional instalado pelos jesuítas, percebe-se uma diminuição em relação ao alcance dos discentes. Além de os índios não serem inseridos nesse novo sistema educacional, alguns fatores contribuíram para essa realidade, tais como: a dificuldade na formação dos docentes, a falta de estruturas físicas para ministrar as aulas (nesse período as aulas eram realizadas nas casas dos professores) e inadequada sistematização da idade escolar.

Em 1808, juntamente com a chegada da família real ao Brasil, desembarcaram no Rio de Janeiro cerca de 60 mil livros vindos da Europa (em anos posteriores tais livros deram origem a Biblioteca Nacional). Com a chegada da família real foram criadas as primeiras escolas de ensino superior, escolas estas destinadas aos filhos da nobreza e da aristocracia brasileira. As instituições criadas tinham por objetivo o ensino profissionalizante e a preparação para funções públicas. Apesar da gratuidade na educação, estabelecida por determinação da corte portuguesa, não houve muitos investimentos, o que concentrou a oferta de vagas aos filhos das famílias mais ricas.

A primeira lei brasileira que tratava da educação foi sancionada em 15 de outubro de 1827, afirmando a obrigatoriedade de existência de escolas alfabetizadores em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Apesar de não se estabelecer, por meio desta lei, as questões acerca da duração do ensino primário, uma grande conquista foi em relação as meninas poderem se misturar aos meninos nas escolas do Estado. Em seu texto original, consta nos registros que o Estado se isentou da responsabilidade pela formação dos professores que em sua maioria eram professores régios decorrentes da reforma pombalina.

Por alguns anos a formação do professor não era um objetivo explícito do sistema educacional. No entanto, com o passar dos anos, os concursos para contratação de professores tornaram-se cada vez mais focados na formação do professor e no domínio sobre os assuntos. A primeira escola de formação de professores foi inaugurada pelo governo monárquico em 1834, denominada Escola Normal de Niterói frequentada quase que exclusivamente por homens. A posterior reforma da Constituição retornou ao estado a responsabilidade pela formação dos professores, fortalecendo a descentralização do ensino.



Após a proclamação da República, houve boas mudanças em relação a educação no Brasil, no entanto, ainda existia uma dualidade no ensino. Existiam poucas e boas escolas, geralmente federais, destinadas à elite e escolas de qualidade duvidosa para os demais, geralmente os colégios estaduais. Apesar do maior investimento, a maioria das escolas não dispunha de recursos estruturais e pessoais capacitados. Não houve por parte dos governantes iniciativas com a intenção de mudar essa realidade, essa preocupação se mostrou presente mesmo no ano de 1920 quando se iniciou o movimento da Escola Nova. O movimento escola novista se instalou com a intenção de promover reformas nas escolas estaduais, tornando o ensino mais inclusivo e trazendo uma educação prática inspirada em princípios filosóficos.

O ano de 1920 também foi marcado pela criação da Associação Brasileira de Educação - ABE. A intenção na criação da ABE era promover debates sobre a educação se sustentando em fatos. Um dos pontos discutidos em seus debates era em relação ao analfabetismo, que no ano de criação da associação assolava cerca de 65% da população (considerando pessoas acima de 15 anos).

O sistema educacional brasileiro começou a se organizar no governo de Getúlio Vargas, sendo uma das primeiras iniciativas a criação do Ministério da Educação em 14 de novembro de 1930. O governo varguista, apesar de ditatorial, promoveu mudanças significativas na educação, em 1934 a Constituição finalmente incluiu em seu texto um capítulo dedicado exclusivamente à educação e em 1942 foi regulamentado o ensino industrial.

Houve, no fim da década de 40, uma forte expansão das escolas secundárias e aos poucos o ensino foi se tornando menos elitista. Apesar dos avanços, a educação só torna "um direito de todos" na constituição de 5 de outubro de 1988. A lei de Diretrizes e Bases da Educação, que rege a educação atual brasileira, foi regulamentada só em 1961, sofrendo alterações no ano de 1971 e por fim em 1996.

A partir do histórico sobre a educação brasileira podemos refletir que pensar o processo de aprendizagem tem se mostrado de forma muito próxima com a necessidade de intensificar também os estudos e práticas sobre formações de professores, tópico que veremos a seguir.



#### 2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO: breve análise

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é a compreensão que a Educação do Campo é de suma importância no ambiente educacional, uma vez que forma profissionais através de suas experiências, relações sociais e tradições históricas que são vivenciados através do contado entre aluno e meio ambiente. Muitos profissionais da educação perguntam o que de fato vem a ser "educação do campo", e como surgiu. Nesta perspectiva, apresenta-se aqui um pouco do surgimento da educação do campo e sua importância no âmbito educacional.

Sabe-se que o Brasil tem suas origens diretamente no campo (exploração de terras). Acreditava-se que as técnicas de cultivo não exigiam dos trabalhadores rurais nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, tornando as pessoas do campo analfabetas funcionais.

Contudo, buscou-se por muito tempo a valorização da mão de obra do campo, a final a cidade depende do campo para sobreviver. Com isso, diante das constantes transformações da sociedade, via-se a necessidade da criação de políticas públicas voltadas à Educação Rural. A partir do século XX, após inúmeros estudos, análises e observações, os órgãos administrativos do país introduziu na constituição de 1934 a educação do campo:

§ 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurarse-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. (p. 134)

A educação do campo vivenciou uma longa trajetória até ser reconhecida como instrumento de ensino/aprendizagem. Buscou-se por muito tempo a valorização da mão de obra do campo, a final a cidade depende do campo para sobreviver. Mas, a sociedade sofre constantes transformações, e muitas vezes o estilo de vida do homem do campo não foi levado em consideração.



Atualmente, a educação do campo se caracteriza como uma área que trabalha a discussão sobre questão agrária, saberes camponeses e emancipação da classe trabalhadora. De acordo com as Diretrizes Operacionais, a escola deve oferecer um ambiente educativo que apreciem sua relação com a terra, com a cultura e com o trabalho, bem como valorize os conhecimentos já obtidos.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (p. 01)

A educação é, portanto, condição imprescindível para o desenvolvimento humano e também para a própria sociedade capitalista. Neste processo, o professor atua como mediador do conhecimento.

A função da escola é formar cidadãos críticos e participativos da sociedade, contribuindo para o bem na região em que vive. A escola deve complementar a educação que os alunos recebem em casa, procurando na medida do possível inserir a criança/jovem na sociedade. A Educação do Campo é de suma importância. Pois, essa área do conhecimento pedagógico forma cidadãos através de suas experiências, relações sociais e tradições históricas que são vivenciados através do contato entre aluno e meio ambiente.

#### 3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: REFLEXÕES E DIÁLOGOS COM ALGUNS AUTORES

A educação brasileira vem passando por inúmeros problemas na atualidade, especialmente em relação à leitura. São inúmeros fatores que causam resultados negativos quanto ao ensino aprendizado dos alunos. Dados divulgados pelo INEP –



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, revelam que a alfabetização estagnou entre 2014 e 2016. (PEDUZZI, 2017, p. 01)

RIO- Um relatório divulgado, nesta terça-feira, pelo Movimento Todos Pela Educação revela que apenas 7,3% dos alunos brasileiros do 3º ano do ensino médio têm aprendizado adequado em matemática. Em língua portuguesa, o índice é de 27,5%. (FERREIRA, 2017, p.01)

Os indicadores de desempenho dos alunos retratam uma educação falha em sua estrutura, onde os mais afetados são alunos do sistema público de ensino. Em uma tentativa de mudar essa realidade, o Ministério da Educação - MEC, em parceria com pesquisadores universitários, vêm desenvolvendo estratégias com a intenção de aumentar o rendimento dos alunos nas escolas brasileiras. Os programas de formação continuada surgem, nesse sentido, como uma tentativa de reversão desse quadro, promovendo a difusão de novas abordagens de ensino.

Muitos são os autores que defendem a iniciativa de uma formação continuada. De acordo com Garcia (1999), um dos caminhos a serem traçados para o alcance de uma escola diferenciada e de qualidade é uma boa formação dos professores. Segundo Gimeno (1982), a didática contribui para uma significativa renovação do sistema educativo. Já Imbernón (2009) aponta para a necessidade de estruturação de propostas inovadoras que contribuam para uma educação de qualidade. Para Tardif (2008), existe uma necessidade de reestruturação da educação por meio de políticas educativas que instiguem os professores a se tornarem protagonistas ativos de sua formação.

Antigamente acreditava-se que ao concluir os estágios de formação o professor já se tornaria apto à realização de suas atividades profissionais, não necessitando ele de uma formação complementar. Diante disso, o entendimento sobre a necessidade de uma formação continuada provoca uma sequência de transformação no sistema educativo, na cultura escolar, nas metodologias de ensino e, sobretudo na vida profissional dos docentes.

Segundo Ferreira e Leal (2010), inicialmente é preciso diferenciar uma formação inicial de uma formação continuada. Comparando essas duas modalidades,



a formação inicial - a graduação - enfatiza mais a teoria e a formação continuada enfatiza mais a prática. De posse desse conhecimento, surgem outras questões a serem resolvidas antes de se implementar um curso de formação continuada.

Ferreira e Leal (2010) destacam um empecilho nesse processo. Diferente da formação inicial, uma formação continuada nem sempre se caracteriza como um plano individual de interesse do professor. Geralmente essa formação parte de um discurso institucional que designa os profissionais à participação nesses programas de estudo. Essa obrigatoriedade pode, em alguns casos, não alcançar os objetivos de uma formação complementar, como o melhoramento do desempenho em sala de aula e o melhoramento da aprendizagem dos alunos. Segundo Imbernón (2010), a prática profissional muda apenas quando está é uma iniciativa própria e não imposta.

Um pensamento semelhante ao de Ferreira e Leal (2010) pode ser observado na fala de Tardif (2007, p. 240) ao manifestar estranheza em uma contradição notória do campo educacional. Ao mesmo tempo em que o professor assume a missão de formar pessoas, tendo competência para tal, este é questionado sobre sua forma de atuar.

Imbernón (2009), apesar de reconhecer a formação continuada como uma forma de alcançar sucesso nas reformas educativas, constata que seu discurso e texto oficial não garantem uma efetiva prática de suas diversas propostas. Continuando, Imbernón observa que tais ações não consideram as reivindicações dos professores, sendo tais, pautadas na teoria e ministradas de forma descontextualizada.

Segundo Nóvoa (1997), a formação de professores deve sair de uma perspectiva acadêmica e se direcionar para uma perspectiva no terreno profissional e pessoal a partir do contexto escolar. Dessa forma, a formação continuada dos professores não deve ignorar seu desenvolvimento pessoal. Ainda segundo Nóvoa (1997), deve-se distinguir o "formar" do "formar-se", permitindo a construção de uma identidade pessoal durante este processo.

Ao educador não deve ser impostos métodos e técnicas, mas possibilitar que estes desenvolvam novas metodologias levando em consideração seus próprios



saberes em conjunto com os conhecimentos produzidos pelas instituições formadoras, como diz Tardif ( 2007).

Diante do exposto, percebe-se por parte de muitos autores uma preocupação em como o professor é visualizado no processo de formação continuada. Diante dessa evidente preocupação, tal formação deve ser pensada como uma estratégia de aprendizagem tanto para os discentes quanto para os docentes.

Como uma forma de apoio ao professor, os projetos de formação continuada devem envolver todos os profissionais de educação. Segundo Nóvoa (1995), práticas de formação que incentivam a participação individual de docentes contribuem para a aquisição de conhecimentos e técnicas, no entanto, favorece um indesejável isolamento.

Nesse sentido, o êxito dos programas de formação continuada é condicionado ao reconhecimento do professor como ator e autor de sua formação, que não deve ser visto de forma isolada, mas como um agente que vive em constante interação com outras pessoas.

Ao tentar conceituar o professor ideal, Tardif (2007) define o modo como a educação continuada deve atuar. Além dos conhecimentos acerca da matéria, da disciplina e do programa de ensino, o professor deve possuir conhecimentos acerca da ciência da educação e da ciência da pedagogia, construindo um saber prático baseado em sua experiência (TARDIF, 2007, p. 39).

É preciso também que outras instâncias atuem em conjunto com o professor. Surge aí à responsabilidade da escola, que precisa ser vista como um espaço cultural de atuação de todos (NÓVOA, 1997).

Sendo assim, focaremos então o programa PNAIC e suas possibilidades no processo de formação de professores.

3.1 PNAIC: BREVE APRESENTAÇÃO



O PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa) surgiu em 2012 com o objetivo de cumprir a meta cinco do Plano Nacional da Educação (PNE) que é a de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o terceiro ano do ensino fundamental. Os profissionais de ensino que aderem a esse pacto (professores da educação infantil ou professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos) participam de uma formação com carga horária de 180 horas.

Os cursos disponíveis são focados nas áreas de "Educação Infantil", onde são abordadas técnicas relacionadas ao ensino da linguagem oral e escrita em creches e pré-escolas, "Alfabetização", onde são desenvolvidas capacidades voltadas à alfabetização para todas as idades, e "Educação em Tempo Integral" voltada aos profissionais da educação que atuam em escolas inseridas na política de educação em tempo integral.

Segundo o IBGE, cerca de 7,2% da população brasileira com idade maior que 15 anos não são alfabetizadas, isso corresponde a mais de 11 milhões de pessoas. Os dados indicam que a meta nove do PNE não foi alcançada, que era a de reduzir 6,5% do analfabetismo no Brasil. Embora a comparação com pesquisas anteriores constatem uma redução na taxa de analfabetismo, os dados ainda assustam.

A maior incidência de analfabetismo está entre a população idosa, mas não é exclusiva dessa faixa etária. Ainda segundo o IBGE, a reprovação e evasão escolar atingem cerca de 2,8% milhões de alunos, sendo maior em séries finais. Diante do cenário, muito deve ser feito para que a alfabetização seja erradicada do país, o que é teoricamente previsto para ocorrer até 2024.

Iniciativas como o PNAIC e o Mais Educação surgem como estratégias para mudar essa realidade. A capacitação dos profissionais de ensino é de fundamental importância para a alfabetização na idade certa, um exemplo dessa premissa são os resultados observados no desempenho das escolas públicas do município de Moraújo, no Ceará.

Segundo dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), o município reduziu a taxa de analfabetismo em literatura de 53,05% em 2013 para 11,36% em 2014 e em matemática de 53,76% para 9,76% no mesmo período. A secretaria de educação de Moraújo afirmou que todos os profissionais que atuam na educação são



concursados e possuem, pelo menos, formação em pedagogia, além disso, algumas das escolas do município participam de programas como o "Mais Educação" e o "PNAIC".

Em Ipecaetá, o Programa acontece através da Secretaria de Educação do Município, anualmente. De acordo a secretaria de educação, sempre no início do ano letivo, são selecionados os profissionais do público alvo, professores da pré-escola e fundamental I (sendo também aberto à demais professores que queiram participar). O programa consta com aulas expositivas, pesquisa, apresentação de trabalhos, confecção de projetos, etc. Através deste programa, o município tem se destacado com bons índices de alfabetização, pois os professores têm adotado diferentes métodos de trabalho, conquistando os alunos e despertando o interesse para leitura e escrita.

Nesta perspectiva, discutiremos, na seção seguinte, a importância da formação de professores para o processo de alfabetização. Em seguida, discutiremos os relatos de profissionais da secretaria de educação do município de Ipecaetá-BA.

#### **4 REFLEXÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Para o desenvolvimento deste trabalho, além da pesquisa bibliográfica, foram consultados profissionais da área de educação que atuam no município de Ipecaetá e que de alguma forma estiveram ou estão envolvidos com o PNAIC. O levantamento dessas informações ocorreu por meio de entrevistas, onde se buscava conhecer as características do programa e seu impacto, bem como os pontos positivos e negativos do pacto.

Foram entrevistadas duas professoras que participaram de cursos de capacitação ofertados pelo programa, que chamaremos de professora A e professora B, e um funcionário que atua na secretaria de educação do município. Entre os entrevistados, uma percepção notória foi a intenção pela prática de novas metodologias de ensino.

A Secretaria de Educação, na pessoa do funcionário, se pronunciou afirmando que a implementação deste programa trouxe um resultado significativo em relação à



alfabetização, mostrando que este é um processo que não deve ocorrer de forma isolada.

Como se dá a atribuição do PNAIC no município de Ipecaetá-BA? O programa alfabetização na idade certa trouxe um resultado muito significativo para a alfabetização das crianças do município de Ipecaetá. Através desse programa, mostrou que o processo de alfabetização não pode acontecer de forma isolada, mas muitas ações devem ser integradas para que esse direito seja garantido. Aconteceu as formações com os docentes e pouco a pouco percebemos a importância de se implementar uma cultura alfabetizadora e de comprometimento de todos. (Funcionário da Secretaria de Educação – Ipecaetá)

Percebeu-se também, durante a entrevista, uma evolução na forma como a educação infantil era vista e como atualmente ela é observada. Prova dessa evolução é evidente em uma das falas: "pouco a pouco percebemos a importância de se implementar uma cultura alfabetizadora e de comprometimento de todos" Funcionário da Secretaria de Educação – Ipecaetá).

Uma das professoras entrevistadas, a professora A, reconheceu estar trabalhando com metodologias ultrapassadas antes de se envolver com o programa. Em seu relato de experiência, disse que o PNAIC mostrou um lado inovador da educação, apresentando atividades dinâmicas e lúdicas. A educadora afirmou participar dos cursos de capacitação voltados aos componentes curriculares letramento e matemática entre 2014 e 2015. Segundo ela, no componente "letramento" foram trabalhadas atividades com cordéis, textos e demais conteúdos da literatura e para o componente curricular "matemática" foram trabalhados jogos educativos.

#### Até que ponto a formação do pacto contribui na formação do professor para atuação para a gente por em prática em sala de aula?

Essa formação do pacto começou a acontecer desde 2014/2015 na minha vida, eu comecei a fazer parte dela. Eu não sei se ela veio antes ou como foi isso, ela começou a acontecer e quando ela começou a acontecer eu até então, eu tava indo pra sala de aula com a



metodologia bem ultrapassada e o pacto começou a mostrar pra gente o lado inovador da educação, quando começou com a dinâmica, a metodologia de a gente trabalhar com os cordéis, com texto, com a literatura, nisso é na parte do letramento e na matemática com os joguinhos, com o material para contagem, com toda essa dinâmica. Então, nesse tempo o pacto trazia pra gente era o componente de letramento e o componente de matemática. A gente tinha essas duas opções de trabalhar esses dois componentes, ele trazia esse modelo de como é que a gente podia fazer pra atender essas crianças até 8 anos de idade, para começar a ler. Porque o pacto, esse programa da alfabetização na idade certa é de até 8 anos. Então, então a gente tinha a capacitação, a gente tinha os encontros, as oficinas e também os trabalhos que a gente tinha que apresentar. A gente tinha que levar para a sala de aula o que a gente aprendeu e os resultados que a gente teve na sala de aula a gente tinha que fazer em forma de seminário para eles cá nos dias das capacitações, dos encontros. Então, a gente botava em prática na sala de aula e pegava esses resultados para levar pra eles lá e começar a fazer a dinâmica de discussão, de como foi, se deu certo se não deu certo esse trabalho. Então o pacto pra mim foi bom, muitas coisas a gente colocou em prática, não foi tudo mas muitas coisas a gente colocou em prática na escola. (Depoimento da professora A, pesquisa de campo, 2019).

A intenção do curso de formação ofertado pelo programa era a de promover atividades dinâmicas voltadas à alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, relata a educadora. O processo de capacitação dos professores envolvia encontros e oficinas, onde os participantes desenvolviam atividades, a serem realizadas em sala de aula, e após sua realização desenvolvia seminários apresentando os resultados obtidos.

Este era um processo constante de aprendizagem, desenvolvimento, prática e posterior análise dos resultados. As discussões dos resultados possibilitaram o conhecimento acerca do que dava certo e do que não dava, isso com a intenção de melhorar o ensino/aprendizagem das crianças.

Apesar dos pontos positivos, os relatos também mostraram os pontos do programa que necessitam de melhorias. Segundo as entrevistadas, houve atividades que não foram colocadas em prática devido a sua natureza fugir da realidade das crianças. Outro ponto comum de reclamação foi em relação aos materiais didáticos, que além da demora em chegar às escolas, continham conteúdos inadequados,



sobretudo em relação ao nível de exigência dos conteúdos abordados. Essa crítica pode ser observada na seguinte fala:

A gente tinha o material que o governo mandava. O governo mandava esses materiais e muitos deles não davam conta da realidade dos alunos. Eu não vou dizer que dava, porque não dava! Eram umas coisas que não tinham nada a ver com a realidade das crianças, essas partes a gente pulava (Depoimento da professora A, pesquisa de campo, 2019).

Uma das educadoras entrevistadas expressou seu desejo de ampliação do programa para as demais disciplinas ofertadas na educação infantil. Segundo essa educadora, a professora B, existe a mesma necessidade de aplicação de metodologias inovadoras em outros componentes curriculares.

Houve também relatos de problemas relacionados às aulas de capacitação, que no início ocorria em intervalos de 15 dias passando a ocorrer em intervalos de dois meses. Um dos relatos afirmou inclusive que a ajuda de custo foi interrompida durante um período.

No pacto, eu só me lembro de duas disciplinas: português e matemática. Deveria ter todas, mas não estou lembrada, se teve ele acabou por ali mesmo ou eu não cheguei a colocar em prática(...) o pacto começou com os encontros em 15 em 15 dias, e depois de um tempo passou a levar dois meses sem encontro, o programa começou morrer. Também tínhamos uma bolsa e de repente passamos a não receber mais essa bolsa. A bolsa foi tirada quando o governo Temer assumiu, se não me engano. (Depoimento da professora B, pesquisa de campo, 2019).

A justificativa para o ocorrido não foi justificada por parte da secretaria de educação, no entanto vale ressaltar que durante o período das aulas, o país passava por uma troca inesperada de governo, o que provavelmente refletiu no repasse de verbas aos municípios brasileiros.

De uma forma geral, as informações coletadas nas entrevistas mostraram uma intenção, por parte dos profissionais de educação, em relação à aquisição de conhecimentos relacionados às novas metodologias de ensino. Houve um



reconhecimento na capacidade educadora das atividades lúdicas e uma verdadeira disposição em levar para sala de aula uma metodologia mais próxima da vida cotidiana das crianças.

Obviamente, segundo os relatos, algumas das atividades não alcançaram todos os alunos de igual forma, no entanto isso foi justificado pela heterogeneidade das turmas. Diante dessa justificativa, cabe ressaltar que uma metodologia tradicional de ensino enfrentaria semelhante dificuldade.

#### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PNAIC é uma iniciativa do Ministério da Educação com o objetivo de melhorar o atual cenário da educação no Brasil. Com isso sua proposta é promover uma formação continuada aos professores que atuam no sistema básico de ensino.

Levando em consideração a opinião dos muitos autores pesquisados, esta é uma iniciativa promissora. No entanto alguns aspectos devem ser considerados, sobretudo em relação à participação do professor nesse processo.

Ao incluir um professor em um programa de educação continuada, a instituição promotora não deve desconsiderar sua forma de atuação em sala de aula. Se foi confiada a um educador a missão de mediar o processo de conhecimento dos estudantes, não cabe a imposição de como isso deve ser feito sem que ele possa opinar. Dessa forma, a construção de metodologias inovadoras que contribuam para um melhor desempenho dos alunos deve surgir unindo os conhecimentos do professor ao resultado de pesquisas na área da educação e pedagogia.

No entanto, faz-se necessário que o educador leve em consideração a realidade dos alunos. Deve-se considerar a diversidade cultural brasileira no desenvolvimento do curso e do material didático a ser aplicado em sala de aula. Dessa forma, cabe, por parte das instituições promotoras dos cursos de formação continuada, estudar a localidade e a realidade dos discentes e também docentes envolvidos antes do planejamento das aulas.



Em disciplinas da área de exatas existe uma enorme dificuldade de entendimento por parte dos alunos, isso é observado desde as séries iniciais. Com isso, a inclusão de novas metodologias é bem-vinda, sobretudo as que promovem uma maior interação dos alunos e as que se desenvolvem em conformidade com a realidade.

Em conformidade com as opiniões dos autores pesquisados, a didática do professor deve ser a base para sua evolução. Sua autonomia deve ser valorizada ao mesmo tempo em que não se promova seu isolamento. Assim, a construção de uma educação eficiente que implemente metodologias inovadoras deve incorporar a participação de toda a escola.

Ao analisar o PNAIC no município de Ipecaetá e buscando responder à pergunta inicial do problema de pesquisa, observamos a importância e potencialidade do programa, visto que o mesmo trouxe conhecimentos aos professores acerca de metodologias inovadoras para o ensino/aprendizagem. No entanto, observa-se também um "descontentamento" por parte dos docentes em relação a alguns aspectos, como a não observação da realidade do município. Apesar de a maioria dos ensinamentos terem sido aplicados em sala de aula, houve o reconhecimento de algumas metodologias inadequadas, bem como a disponibilização de materiais didáticos que não contemplavam o nível de escolaridade das turmas.

A implementação do PNAIC em Ipecaetá foi visto de forma positiva, tanto pela secretaria de educação quanto para os docentes envolvidos, uma vez que os problemas referentes à alfabetização tem sido amenizados. Houve um reconhecimento das metodologias lúdicas de ensino como uma forma eficaz de ensino. A interação com outros docentes também permitiu uma troca construtiva de conhecimentos que certamente beneficiaram a prática em sala de aula.

Diante dos resultados apresentados, verifica-se que o PNAIC contribuiu para melhorar o processo de ensino/aprendizagem na escola do campo pesquisada, entretanto ainda há a necessidade de aplicação de um processo avaliativo acerca dos resultados do PNAIC, visto que quando ignorado as características regionais o mesmo pode não alcançar com êxito seus objetivos. Também seria importante um momento



de escuta dos professores participantes para saber o que eles estão achando do programa.

Cabe, a partir dos dados coletados deste estudo, a busca pela ampliação do PNAIC em Ipecaetá, pois seus benefícios contribuíram com significância para a construção de uma educação de qualidade. No entanto, essa ampliação deve observar as peculiaridades do município, bem como analisar o perfil dos estudantes que englobam a faixa etária do PACTO.

Para concluir, devemos salientar que a promoção de políticas públicas como o PNAIC contribui efetivamente para uma melhoria na qualidade da educação, porém deve-se realizar constantemente um levantamento acerca dos seus resultados, a fim de guiar sua execução ao máximo alcance de resultados.

#### **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, R. "A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização". 2018. Especial para Gazeta do Povo. Disponível em: <a href="https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/">https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/</a>. Acesso em Abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. "Cidade do interior do Ceará é destaque em alfabetização". Disponível em:<a href="http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36271">http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36271</a>. Acesso em Março de 2019.

CALDARTE, S. C.; Pereira, I. B., Alentejano, P.; Frigotto, G. **Discionário de Educação no Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquin Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CECÍLIO, S.; SANTOS, J. F. Sociedade em rede, trabalho docente e sociabilidades contemporâneas. In: GARCIA, D.M.F.; CECÍLIO, S. (Org.). Formação e Profissão docente em tempos digitais. ampinas: Alínea, 2009. p. 165-197.

FAGUNDES, L	. 0	professor	deve	tornar-se	um	construtor	de	inovações.
Entrevista		Midiativa,		2007.		Disponív	el	em:
<http: td="" www.mid<=""><td>iativa</td><td>a.org.br/inde</td><td>x.php/</td><td>educadores</td><td>.htm:</td><td>&gt;. Acesso em</td><td>n: 22</td><td>set. 2013.</td></http:>	iativa	a.org.br/inde	x.php/	educadores	.htm:	>. Acesso em	n: 22	set. 2013.
		Os prof	fessor	es e a su	a fo	rmação. 2 e	ed. L	_isboa: Dom
Quixote,1995.		_ •				,		



FERREIRA, A. T. B.; LEAL, T. F. A formação continuada de professores: enfim o que pensam e sugerem os docentes? In: Formação continuada de professores: Reflexões sobre a prática. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

FERREIRA, Paula. **Pesquisa aponta retrocesso no aprendizado do ensino médio brasileiro.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/ educacao/pesquisa-aponta-retrocesso-no-aprendizado-do-ensino-medio-brasil eiro-20788792. Acesso em 02 de junho de 2019, às 10:58h

FERREIRA, P. "Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE". O Globo Sociedade. Disponível em: <a href="https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755">https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755</a>. Acesso em Março de 2019.

GARCIA, C. M. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Porto, Porto Editora, 1999.

GIMENO, J. La pedagogia por objetivos: obsesión por la eficiencia. Madrid, Morata, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Educação do campo**. Disponível em: < http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaodocampo1>. Acesso em Abril de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre:

IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCONI, M. A.; Lakatos, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa implementará educação do campo e atenderá 76 mil escolas.** Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/todas-as-noticias/208-noticias/591061196/17608-programa-implementara-educacao-do-campo-e-atendera-76-mil-escolas-">http://portal.mec.gov.br/todas-as-noticias/208-noticias/591061196/17608-programa-implementara-educacao-do-campo-e-atendera-76-mil-escolas-</a>. Acesso em Abril de 2019.

MINISTÉRIO DA secretários	A EDUCAÇÃO. <b>Ações e</b> municipais.	programas vão se Disponível	r apresentado em:	s a 80 <
http://portal.mec. Abril de 2019.	gov.br/component/tags/ta	ng/32408-educacao-n	o-campo>. Ace	sso em
	Saheres Docentes e	Formação Profissio	<b>onal</b> 8 ed Pet	rónolis

1

RJ: Vozes, 2007.

Artmed, 2010.



NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Os professores e sua formação. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PEDUZZI, Pedro. Mais de 50% dos alunos do 3º ano têm nível insuficiente em leitura e matemática. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/mais-de-50-dos-alunos-do-3o-ano-tem-nivel-insuficiente-em-leitura-e. Acesso em 02 de junho de 2019, às 11:01h

SANTOS, B. S.; PACHECO, C. O. A informática no cotidiano escolar: relato de uma experiência didática. In: PELLANDA, N. M. C.; PELLANDA, E. C. (Org.). Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Educação do campo.** Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=566>. Acesso em Abril de 2019.

SEEDF. "PNAIC - Pacto Nacional de Educação na Idade Certa". Disponível em:<a href="http://www.se.df.gov.br/pnaic-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/">http://www.se.df.gov.br/pnaic-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/</a>. Acesso em Março de 2019.

SILVA, Edna Coimbra da. **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES TRABALHO DOCENTE E GERENCIALISMO.** Disponível em: < http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/view/14905>. Acesso em Abril de 2019.

TARDIF, Maurice. **Princípios para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino.** In: BONIN, I.; EGGERT, E.; PERES, E.; TRAVERSINI, C. (Orgs.). Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 17-46.

TEDESCO, J. C. **Política educativa: justicia social y responsabilidad por los resultados.** In: TEDESCO, J. C. (Org.) La educación argentina hoy. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.